

PROJETO DE:

EMENDA A LEI ORGÂNICA
LEI COMPLEMENTAR
LEI ORDINÁRIA
RESOLUÇÃO NORMATIVA
DECRETO LEGISLATIVO

()
()
(x)
()
()

Nº /2025

AUTOR/SIGNATÁRIO

Vereador
PEDRO ALCÂNTARA
Progressistas (PP)

EMENTA:

“Reconhece como de utilidade pública municipal a Associação Axé Oju Oke e dá outras providências”.

TEXTO

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecida como entidade de utilidade pública municipal a Associação Axé Oju Oke, inscrita no CNPJ sob o nº 60.919.422/0001-97, com inscrição municipal nº 711.173-8, localizada na Rua Professora Dina Soares, nº 2832, Bairro Morros, Teresina-PI, CEP 64062-150.

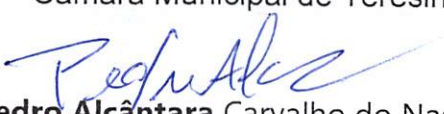
Art. 2º O reconhecimento de que trata esta Lei fundamenta-se nos relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade.

Art. 3º O reconhecimento ora concedido possibilita, junto ao Município, a celebração de parcerias, convênios e outros instrumentos de colaboração, na forma da legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se disposições em contrário.

Camara Municipal de Teresina, ____ de maio de 2025.


Pedro Alcântara Carvalho do Nascimento
Vereador em Teresina
Progressistas (PP)





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa ao reconhecimento da Associação Axé Oju Oke — CNPJ nº 60.919.422/0001-97, Inscrição Municipal nº 711.173-8, situada à Rua Professora Dina Soares, nº 2832, Bairro Morros, Teresina-PI, CEP 64062-150 — como entidade de utilidade pública, em virtude dos relevantes serviços prestados à comunidade teresinense e à promoção da cultura, da espiritualidade e da solidariedade.

A Associação Axé Oju Oke (AOKE) é uma entidade civil de notório compromisso social, cultural e religioso, cuja atuação está pautada na promoção e preservação da Religião Afro-Brasileira, especialmente o Candomblé da Nação Efon, conforme as tradições dos seus fundadores. Sua missão abrange o resgate, a preservação e a divulgação dessa manifestação cultural e religiosa, visando manter viva a essência fundamental de uma das mais importantes expressões da diversidade cultural brasileira.

Importante destacar que a AOKE, em seu estatuto, estabelece claramente o compromisso com a não discriminação, seja por raça, etnia, gênero, credo filosófico ou qualquer outra forma de preconceito. Suas atividades são pautadas no respeito às diferenças, no fortalecimento da identidade cultural afro-brasileira e na promoção da paz e do amor ao próximo.

Entre os objetivos da Associação destacam-se:

O estudo teórico, experimental e prático do Candomblé da Nação Efon, com base em regulamentos e normas próprias;

A organização e manutenção de sessões comemorativas, como festas e rituais públicos, sempre respeitando os padrões tradicionais;

A prestação de assistência para a regularização de Casas de Axé Efon, promovendo a valorização e unificação do Axé Efon no Brasil, através do Conselho Nacional (CONAE);

A defesa dos direitos e interesses dos associados, bem como a promoção de





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



As religiões de matriz africana, como o Candomblé, são parte fundamental da formação histórica, social e cultural do Brasil. Elas representam resistência, identidade e pertencimento para milhões de brasileiros, tendo desempenhado papel crucial na construção de uma sociedade mais diversa, plural e tolerante. A Constituição Federal assegura a liberdade religiosa e a proteção das manifestações culturais, reforçando a necessidade de políticas públicas e reconhecimento institucional dessas tradições.

Assim, diante da relevância de suas atividades para a preservação do

CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA
Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmt/teresina/autenticidade>
com o identificador 310037-00869633-5 e seu Documento Assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Av. Marechal Deodoro, 625 - Cabral
CEP: 64000-810 - Teresina / PI

Telephone: (86) 3200-0350





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

patrimônio cultural afro-brasileiro, da promoção da inclusão social e do fortalecimento da cidadania, submetemos à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, certos de sua aprovação com o apoio dos nobres colegas vereadores e vereadoras de Teresina.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Teresina, ____ de maio 2025.



Pedro Alcântara Carvalho do Nascimento
Vereador em Teresina
Progressistas (PP)





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 60.919.422/0001-97 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/05/2025
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO AXE OJU OKE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO AXE OJU OKE			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R PROFESSORA DINA SOARES	NÚMERO 2832	COMPLEMENTO *****	
CEP 64.062-150	BAIRRO/DISTRITO MORROS	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI
ENDEREÇO ELETRÔNICO LIDIATYXUM@GMAIL.COM		TELEFONE (86) 9945-4302	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/05/2025	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 20/05/2025 às 17:49:19 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADEASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



CNPJ		00.000.000/0000-00	
Razão Social		EMPRESA S.A.	
Nome Fantasia		EMPRESA S.A.	
Data de Abertura		01/01/00	
Capital Social		R\$ 1.000.000,00	
Endereço		Rua 123, 456 - Centro - São Paulo - SP	
CEP		01000-000	
Cidade		São Paulo - SP	
Estado		SP	
Inscrição Estadual		123456789	
Inscrição Municipal		987654321	
Inscrição Federal		123456789	
Situação Cadastral		Ativa	
Data de Situação		01/01/00	
Tipo de Pessoa Jurídica		Sociedade Anônima	
CNPJ		00.000.000/0000-00	
Razão Social		EMPRESA S.A.	
Nome Fantasia		EMPRESA S.A.	
Data de Abertura		01/01/00	
Capital Social		R\$ 1.000.000,00	
Endereço		Rua 123, 456 - Centro - São Paulo - SP	
CEP		01000-000	
Cidade		São Paulo - SP	
Estado		SP	
Inscrição Estadual		123456789	
Inscrição Municipal		987654321	
Inscrição Federal		123456789	
Situação Cadastral		Ativa	
Data de Situação		01/01/00	
Tipo de Pessoa Jurídica		Sociedade Anônima	

Este documento é uma cópia autenticada do original, emitida pelo sistema de registro eletrônico.

Assinado digitalmente

Assinado digitalmente



çamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. 11.3. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades ao credenciado, garantidos o contraditório e a ampla defesa: I - advertência por escrito; II - suspensão temporária do seu credenciamento; III - descredenciamento; IV - multa. Parágrafo único. Na hipótese de descumprimento de obrigações contratuais pelo credenciado, serão observadas as cláusulas previstas no instrumento firmado entre as partes, bem como as disposições do decreto municipal aplicável à matéria e neste edital de credenciamento. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** 12.1. A inobservância de qualquer cláusula, condições ou obrigações do presente Termo de Credenciamento importará na sua imediata rescisão, de pleno direito, independente de notificação ou interposição judicial. 12.2. Toda e qualquer modificação somente poderá ser introduzida ao presente termo, através de aditamento, expressamente autorizado pela autoridade competente. 12.3. A Credenciada assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente Termo, sejam de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade do Contratante relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advirem de prejuízos causados a terceiros. 12.4. Todas as condições e exigências que constam do Edital de Chamamento Público nº 001/2024 e do Termo de Referência que deu origem à contratação, fazem parte integrante do presente Termo, como se aqui estivessem transcritos. 12.5. Fica eleito o foro da Comarca de Teresina - PI para a solução de qualquer litígio oriundo do presente Termo de Credenciamento. 12.6. E por estarem assim, justas e acordes, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor para um só efeito, comprometendo-se a cumpri-lo, em todas as cláusulas e condições. Data da assinatura: 27/05/2025. Assinado por: JOSÉ JOÃO DE MAGALHÃES BRAGA JÚNIOR, Presidente do IPMT, Representante da Contratante; JOÃO CARLOS FIGUEIREDO, Presidente da ABIPEM, Representante da Contratada.

Comissão de Licitação

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

COORDENAÇÃO CENTRAL DE COMPRAS PÚBLICAS

ID: 000420401800602025

EXTRATO DE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – CCP-SEMA. DISPENSA ELETRÔNICA EMERGENCIAL Nº 90002/2025 – ETURB/PMT. PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00081.001633/2025-08 UASG 981219. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DO SISTEMA INTEGRADO DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA, COMPREENDENDO O SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E NÚCLEOS URBANOS, BEM COMO O SISTEMA DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. DATA DA DISPONIBILIDADE DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E ANEXOS: 29/05/2025 no endereço eletrônico: www.gov.br/compras / (<https://pncp.gov.br/app/editais>), <https://www.tce.pi.gov.br>. VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 53.120.090,30 (cinquenta e três milhões, cento e vinte mil, noventa reais e trinta centavos). FONTE DE RECURSOS: 150.0100. DATA DA SESSÃO: 04/06/2025 das 08h:00 min até 14h:00 min. PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília. INFORMAÇÕES: licitacaoeturb2025@gmail.com; Fone/Fax: (0xx86) 3198-2014. Teresina(PI), 29 de maio de 2025. Wallace de Sousa Miranda, Coordenador de Compras Públicas. VISTO: Marcos Antônio Parente Elvas Coelho, Secretário Municipal de Administração/SEMA/PMT.

Fundação Municipal de Saúde

ID: 000450401800612025

AVISO DE SUSPENSÃO. DIRETORIA DE COMPRAS PÚBLICAS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA

ELETRÔNICO Nº 90011/2025 SRP – FMS/PMT. PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00045.024632/2024-86. CÓDIGO UASG- 927337. MOTIVO DA SUSPENSÃO: Pregão Eletrônico SUSPENSO em virtude de pedido de impugnação. Posteriormente será relançado com novo número. OBJETO: Contratação de serviços de locação de central geradora de vácuo clínico incluindo instalação, conexão com a rede de dutos existentes manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças, a fim de atender às necessidades do HUT (Hospital de Urgência de Teresina). Referência de tempo: horário de Brasília. Informações: dep.fms@pmt.pi.gov.br; Fone: (086) 3228-8761. Teresina(PI), 27 de maio de 2025. ELEONORA PARENTES SAMPAIO FERNANDES, Diretora de Compras Públicas FMS/PMT. VISTO: CHARLES CARVALHO CAMILLO DA SILVEIRA, Presidente da FMS/PMT.

Ineditorial

ID: 000420401800622025

EXTRATO DE ESTATUTO. NÚCLEO ESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS DO PIAUÍ – NEACEP. É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, com independência administrativa e financeira, qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, fundada em 14/08/2024, inscrita sob o CNPJ nº 59.615.531/0001-31, com sede na Rua Beneditinos, nº 537, São Pedro – 64019-580 – Teresina-PI. Tem como objetivo promover a capacitação, formação e treinamento de pessoas cegas e/ou visão subnormal para a prática desportiva, visando habilitação e reabilitação. Seu estatuto é composto de 56 artigos, que regula todo o seu funcionamento. É composto dos seguintes órgãos: Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A diretoria Executiva é composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Diretor Financeiro, Diretor de Esporte e Lazer e Conselho Fiscal. IONADSON MARQUES BASTOS, Presidente.

ID: 000420401800632025

EXTRATO DO ESTATUTO . ASSOCIAÇÃO AXE OJU OKE. CNPJ: 60.919.422/0001-97. CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E FINS ARTIGO 1º- Na Rua Professora Diná Soares, nº 2832, Bairro Morros, Teresina-PI, CEP: 64.062-150, onde terá sua sede e foro, fica constituída neste Estado, como de direito privado, uma Associação Civil, sem fins lucrativos, denominada “ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE”, denominada “AOKE”, que se regerá pelo presente estatuto, com prazo indeterminado de duração e número ilimitado de sócios. ARTIGO 2º - A AOKE, que não fará, distinção quanto a raça, etnia e gênero, credo filosófico ou qualquer outra forma de discriminação no desempenho de suas atividades, disposto no que segue: § 1º Resgatar, preservar e divulgar a Religião Afro-Brasileira, Candomblé segundo a visão dos fundadores da AOKE. LIDIA INACIO DE ALMEIDA BORGES, Presidente.

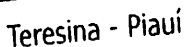
ID: 000420401800642025

COMUNICADO. AS CAVALCANTE SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ: 60.180.970/0001-48, localizada à Rua. Juiz João Almeida Nº 2251, Apt 206, Planalto, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM, a LICENÇA AMBIENTAL, com autorização para exercer as atividades 86.30-5-99- Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente, 86.10-1-02 – Atividade de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, em Teresina/PI.

ID: 000420401800652025

COMUNICADO. CELSO SOARES PEREIRA FILHO LTDA, CNPJ: 59.123.458/0001-80, localizada à Rua. Manoel da paz Nº 1050, vermelha, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM, a LICENÇA AMBIENTAL, com autorização para exercer as atividades 86.30-5-03 Atividade medica ambulatorial restrita a consultas. 86.10-1-02 Atividades de atendimentos em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgência. 86.30-5-99 Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente., em Teresina/PI.





Vanaina Pereira da Silva
Escrevente



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

favor dos direitos e interesses de seus associados, e promover a discussão de assuntos voltados ao Candomblé e à Sociedade Civil em geral; § 7º. Cumprir e fazer cumprir os princípios básicos ao Candomblé;

CAPÍTULO II - DA DIRETORIA E ASSEMBLÉIA

ARTIGO 3º - A Diretoria será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário Geral, Tesoureiro Geral.

PARAGRAFO ÚNICO - A Presidente terá um cargo Vitalício de Líder Religioso, a título honorário, e com as devidas competências: A) dar toda a orientação e assistência religiosa, bem como propulsionar as atividades pastorais e missionárias que competem à ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE "AOKE", de acordo com suas finalidades. B) Os demais membros (vice – presidente, secretário geral, secretário suplente, tesoureiro Geral e tesoureiro Suplente) passam a freqüentar as reuniões da Diretoria, e terão vez e voz de falar, bem como, direito de voto; C) convocar reuniões de Diretoria ou do Conselho Fiscal, extraordinariamente, para deliberação exclusiva de questões religiosas.

ARTIGO 4º - A Diretoria compete: A) organizar, discutir, aprovar, executar, acompanhar e avaliar os planejamentos, elaborar e aprovar orçamentos. B) criar departamentos de caráter permanente e grupos transitórios de trabalho. C) Fixar o valor das taxas e contribuições. D) administrar e gerir toda a Associação, quer no seu aspecto de organização, como no econômico e financeiro. E) aprovar as propostas de novos associados. F) cumprir e fazer cumprir os estatutos. G) redigir e aprovar o Regulamento Geral de vivência orgânica da Associação, bem como de suas reuniões, organizando agenda de seus trabalhos.

§ 1º - A Diretoria poderá criar qualquer órgão que julgue ser necessário ao desenvolvimento e finalidades da Associação, cujos membros serão nomeados pela Diretoria e as atribuições constarão do Regulamento Geral.

§ 2º — Nenhum dos cargos da Diretoria e demais órgãos da Organização poderão ser remunerados.

ARTIGO 5º - Os membros da Diretoria terá o mandato de 5 (cinco) anos, podendo ser reeleitos

ARTIGO 6º - A eleição parcial ou total da Diretoria se processara, mediante reunião da Assembléia Geral especialmente convocada pelo Conselho Fiscal. § 1º - A eleição dos administradores será feita por aclamação, quando se tratar de chapa única ou por escrutínio secreto quando inscreverem-se 2 (duas) ou mais chapas, apresentadas à diretoria até 10 (dez) dias antes da eleição. A diretoria, sob pena de exclusão por justa causa, encaminhará as chapas à Assembleia Geral que colocará em votação no dia, hora e local marcado na convocação, proclamando eleita e empossada a chapa mais votada





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ARTIGO 7º - Ao Senhor Presidente compete: A) a representação ativa e passiva da ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE, em juízo ou fora dele. B) Presidir pessoalmente as reuniões da diretoria. C) convocar as reuniões da Diretoria ordinárias e extraordinárias. D) Diligenciar para que, na falta ou impedimento de quaisquer diretores, não haja solução de continuidade em função exercida pelo diretor impedido. E) exigir de cada um dos diretores relatório mensal de suas atividades. F) Dirimir todas as dúvidas que parem sobre quaisquer assuntos. G) mandar apurar qualquer irregularidade. H) controlar todo o movimento econômico - financeiro, assinando com outro diretor cheques, depósitos, ordens e folhas de pagamentos, assim como quaisquer documentos necessários para abertura de crédito e suas garantias. I) Rubricar e assinar, juntamente com o Secretário Geral, os livros da Secretaria e todas as páginas da Ata das Reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral; J) Rubricar e assinar todos os livros da Tesouraria, juntamente com o Tesoureiro Geral, bem como os cheques e documentos bancários.

ARTIGO 8º - Ao Vice-Presidente compete: substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos. Comparecer pessoalmente às reuniões da Diretoria. Colaborar nos planejamentos, assessorar e assistir ao presidente.

ARTIGO 9º - Ao Secretário Geral compete: A) controlar correspondência expedida e recebida distribuí-la, arquivar contratos e obrigações, assim como ter sob sua guarda o fichário dos associados e todos os documentos da "ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE" B) Redigir, assinar e ter sob sua guarda na sede, todos os livros de atas e de presença da Associação. C) examinar propostas de novos associados, proceder a diligências necessárias e encaminhá-las ao Diretor Presidente. D) diligenciar a confecção do Regulamento Geral, que deverá, após ser aprovado em Reunião convocada somente para este fim, ser Registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos. E) comparecer, pessoalmente às reuniões da Diretoria e colaborar nos planejamentos.

ARTIGO 10º - Ao Tesoureiro Geral compete: A) guarda do patrimônio, valores e pertences da ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE dos quais fará inventário circunstanciado e minucioso. B) manter controle perfeito das importâncias recebidas. C) fornecer à Diretoria através do Presidente, relatório mensal de tudo que estiver em sua guarda bem como da movimentação de fundos existentes nos estabelecimentos bancários escolhidos à critério da Diretoria, assinando cheques, ordens de pagamentos, assim como quaisquer documentos necessários para abertura de créditos e suas respectivas garantias, juntamente com o Diretor-Presidente. D) criar e controlar todo o sistema contábil da "AOKE" E) comparecer pessoalmente nas reuniões da Diretoria e colaborar nos planejamentos





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ARTIGO 11º - A Assembléia Geral é órgão máximo da AOKE, podendo discutir, deliberar e votar sobre qualquer assunto do interesse da Associação. A Assembléia Geral é constituída por todos os membros regularmente registrados na associação, em gozo dos seus direitos de associado.

§ 1º - A Assembléia Geral será convocada, em caráter ordinário ou extraordinário, por publicação nos meios de divulgação disponíveis, sempre com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias. Em primeira convocação, a Assembléia Geral só deliberará com a presença mínima de um terço dos membros e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de membros.

§ 2º - Para deliberar sobre destituição de administradores (§3º, IV) e sobre alterações no Estatuto (§ 3º, V), exige-se o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes a Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

§ 3º - Compete a Assembléia Geral: I — Eleger a Diretoria, Conselho Fiscal, Suplentes, a cada 5 (cinco) anos, em Assembléia Geral Ordinária especialmente convocada para esse fim, através de eleição, admitida reeleições, por voto secreto, ou através de aclamação, quando houver apenas uma chapa; II — Conhecer, e discutir relatórios da Diretoria sobre suas atividades, assim como aprovar contas. III — Decidir sobre assuntos em relação ao qual este Estatuto e o Regulamento Geral forem omissos. IV - Destituir os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e Suplentes; V — Alterar o Estatuto e o Regulamento Geral; VI — Decidir sobre a extinção da Associação.

§ 4º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente da Diretoria, de preferência durante o primeiro trimestre de cada ano. Nela serão apresentados relatórios das atividades e a prestação de contas da Tesouraria da Associação, assim como os relatórios do Conselho Fiscal

§ 5º - A Assembléia Geral Extraordinária poderá ser convocada a qualquer tempo pela Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal quando conhecer de qualquer irregularidade na administração da Organização, ou ainda, por 1/5 (um quinto) dos membros. Nela será discutido qualquer tema que não seja reservado à Assembleia Geral Ordinária.

§ 6º - Todos os membros da Organização poderão participar das Assembléias. A Assembléia Geral será aberta pelo Presidente e será eleito um associado para presidi-la.

CAPÍTULO III - DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 12º - O Conselho Fiscal terá até 10 (dez) membros e será composto desde já pelos sócios fundadores, sendo o restante preenchido por indicação dos sócios fundadores e aprovada pelo Conselho Fiscal para isso convocado e terão mandato de 5 (cinco) anos, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 13º - Ao Conselho Fiscal compete: A) eleger os membros da Diretoria dentre os seus membros. B) reunir-se anualmente para aprovar o relatório da Diretoria. C) dar posse aos membros da Diretoria. D) reunir-se extraordinariamente quando convocado. E) resolver os casos





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

não compreendidos nos presentes estatutos. F) interpretar os estatutos. G) eleger e dar posse aos novos membros do Conselho Fiscal, indicados pelos sócios fundadores.

CAPÍTULO IV - DO CORPO ASSOCIATIVO, ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DE MEMBROS

ARTIGO 14º - A ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE, compreenderá em seu Corpo Associativo, pessoas de ambos os sexos, abonados por membros da Diretoria, e tendo como meta o Artigo 2º, do presente Estatuto.

§1º - Os Membros são classificados nas seguintes categorias: Fundador: todos aqueles que participaram da Assembléia de fundação; Colaboradores: os que contribuem mensalmente para a associação; e Honorários: aqueles que fizerem jus a esse título pela diretoria. Só os membros do quadro social têm direito a voto.

§2º - Serão admitidas como membros todas as pessoas que requeiram sua admissão, comprometendo-se a cumprir o Estatuto, seus princípios e finalidades

§3º - Perderão a qualidade membros (demissão) aqueles que:

I — Solicitarem seu desligamento da AOKE

II — perderem a qualidade que possibilitou a admissão.

§4º - Será excluído:

I — O membro ou administrador que atentar contra as finalidades da Associação, ou que praticar ato ou omissão que o desabone perante a AOKE, a juízo da Diretoria; II — o administrador que não cumprir a contento as funções para as quais foi eleito; ou se ausentar das reuniões administrativas, sem justificativas, por três vezes seguidas ou quatro intercaladas; sempre a juízo de 2/3 (dois terços) dos presentes em Assembléia Geral, especialmente convocadas para esse fim. III — Considera-se administrador qualquer membro da Diretoria, e no caso de sua exclusão, deverá ser convocado eleições, nos termos deste Estatuto.

CAPÍTULO V — DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS ARTIGO 17º - SÃO DIREITOS DOS MEMBROS:

I — Aderir e participar dos planos, programas, eventos e benefícios organizados e promovidos pela AOKE. II — tomar parte nas reuniões das Diretorias e Assembléias, nestas com direito a voto, desde que adimplentes com suas contribuições até 30 dias que anteceda a data da Assembléia. III - se elegível, candidatar-se a compor chapa. IV — convocar Assembléia Geral Extraordinária de membros, desde que solicitem ao Presidente, por escrito, através de exposição de motivos, assinada no mínimo por 1/5 (um quinto) ou 20% (vinte por cento) dos membros que estejam adimplentes, nos moldes deste Estatuto. V — apresentar e defender sugestões e propostas que se relacionem com os objetivos da organização religiosa, assim como interpor recursos às Diretorias e das Diretorias à Assembléia Geral

ARTIGO 15º - São deveres dos membros:



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I — respeitar e cumprir este Estatuto, bem como quaisquer regulamentos e resoluções já arquivados ou que venham a ser baixados pela Assembléia Geral de Membros e pela Diretoria, cooperando sempre direta ou indiretamente para o seu progresso, respeitando sempre o Regulamento Geral; II — pagar pontual e mensalmente, as contribuições , financeiras devidas à Associação; III — exercer com empenho e dedicação as funções para as quais tenha sido eleito ou nomeado, na forma deste Estatuto; IV - comparecer as convocações dos órgãos da Associação;

CAPITULO VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS

ARTIGO 16º - A receita ordinária será constituída: A) das contribuições mensais. b) de quaisquer doações "inter-vivos" e "causa mortis". c) donativos ou produtos de festas beneficios. d) subvenções. e) de locações e arrendamentos. f) de outras rendas que por ventura surjam.

§ 1º - A AOKE não distribuirá lucros, bonificações, dividendos ou outras vantagens sob nenhuma forma ou pretexto aos seus dirigentes mantenedores ou membros.

§ 2º - A contribuição mínima dos membros será de 5% do salário mínimo vigente do país o valor do salário mínimo estabelecido por Lei Federal

§ 3º - Nenhum bem será alienado sem aprovação do Conselho Fiscal, com prévio parecer da Diretoria, sendo certo que o produto da venda será aplicado na aquisição de outros bens ou na realização estrita dos objetivos da AOKE.

ARTIGO 20º - Além dos deveres estipulados no Regulamento Geral, os sócios são obrigados a cumprir todas as determinações de ordem estatutária, principalmente: A) zelar pelo patrimônio da ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE B) respeitar e acatar as decisões da Diretoria e do Conselho Fiscal. C) pagar pontualmente, taxas e contribuições. D) participar e colaborar na difusão das diversas atividades religiosas.

CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES

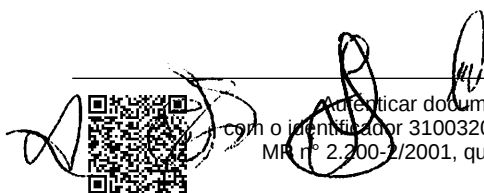
ARTIGO 17º - Compete à Diretoria no caso de não cumprimento das obrigações constantes deste Estatuto, de suas decisões e do Regulamento Geral da Associação: A) admoestação verbal. B) admoestação por escrito. C) suspensão. D) expulsão.

ARTIGO 18º - Aos proponentes ou sócios que não se conformarem com as decisões da Diretoria quanto ao voto de suas propostas ou aplicação das penalidades, cabe recurso ao Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VIII — DA DISSOLUÇÃO DA AOKE E DESTINO DO PATRIMÔNIO

ARTIGO 19º - Em caso de dissolução da ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE, os bens imóveis do seu patrimônio existente ou que venham a ser adquiridos em forma de doação ou quaisquer outras, serão destinado a associação de AXÉ que irá suceder a atual.

§Único — As demais disposições serão definidas em Regulamento Geral.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 20º - O Conselho Fiscal se reunirá anualmente para o exame do Relatório da Diretoria até o dia 31 (trinta e um) de março de cada ano seguinte ao exercício findo.

§ 1º - Quinquenalmente para eleição da Diretoria e Conselho, atendendo aos Artigos 5º e 14º

§ 2º - Quando convocado pelo Líder Religioso, pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

ARTIGO 21º - São livros obrigatórios da AOKE: I — Registro de Membros; II — Livro Diário, incluindo a movimentação financeira da Associação; III — Livro de Atas; IV — Livro de Presença das Assembléias Gerais; V — demais que se fizerem necessários.

§ 1º - Todos os livros deverão ser autenticados pelo responsável pela sua guarda.

§ 2º - Quando possível, podem ser utilizadas fichas, ao invés de livros, desde que autenticadas, nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º - Os livros e documentos objetos deste artigo poderão ser consultados a qualquer hora pelos membros do Conselho Fiscal, Diretoria ou pelos demais membros da Associação

ARTIGO 22º - Os associados ou administradores não respondem nem assumem responsabilidade pelos atos e compromisso assumido pela ASSOCIAÇÃO AOKE.

ARTIGO 23º - Este Estatuto será complementado pelas disposições constantes do Regulamento Geral da AOKE, que será depositado na sede da Associação e os casos omissos serão resolvidos provisoriamente pela Diretoria e definitivamente pelo Conselho Fiscal.

TERESINA, 10 de agosto de 2021.

LIDIA INÁCIO DE ALMEIDA BORGES

CPF: 061.456.823-45

LORRANY PINHEIRO THIBES

OAB/PI 15.595

Após a apresentação do estatuto determinou, a seguir, a Sra. Presidente que se procedesse a eleição dos membros da Diretoria. Para a Diretoria foram eleitos por unanimidade os seguintes associados, com mandato de 10/08/2021 a 06/08/2026:

Presidente: Sra. **Lídia Inácio de Almeida Borges**, brasileira, solteira, autônoma, CPF: nº 061.456.823-45, Residente a Rua Professora Dina Soares, nº 2832, bairro Morros, Teresina-PI.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Vice-Presidente: **Antônio da Silva Rocha**, brasileiro, gerente, casado, RG: 1.33.793, CPF: 692.183.233-34, residente e domiciliado na quadra B, casa 36, Bela Vista III, CEP 64031-350, Teresina/PI.

Secretário Geral: **Elma Patrícia Ferreira Borges**, brasileira, professora, inscrita no RG nº 1339766 expedido por Secretária de Segurança do Piauí e inscrito no CPF sob o nº 808.577.103-97, residente e domiciliado na Rua Pará, 175, Matinha, CEP 64003-220, Teresina/PI.

Tesoureiro Geral: **Yara Araujo Silva**, brasileira, inscrito no RG nº 2.574.906 expedido por Secretária de Segurança do Piauí e inscrito no CPF sob o nº 625.684.773-34, residente e domiciliado na quadra 270, casa 3, Dirceu II, CEP 64078-304, Teresina/PI

Para o Conselho Fiscal foram eleitos os seguintes associados, com mandato de 10/08/2021 a 10/08/2026:

Conselheiro: **SUELLY VIEIRA MESQUITA ROCHA**, CPF: 012.735.633-95

Conselheiro: **GRACIELE MARIA LIMA SANTOS**, CPF: 620.005.433-91

Conselheiro: **LUANA NAYRA RODRIGUES SANTOS**, CPF: 079.579.033-39

Conselheiro: **NAYARA ALVES DA SILVA**, CPF: 044.910.513-05

Para o cargo de Líder Religioso foi eleita a Sra. **Lídia Inácio de Almeida Borges** declaramos que os cargos de Diretor Social e Diretor de Patrimônio ficaram vagos. O Presidente bem como os membros da administração DECLARA, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer o cargo da Administração em razão de condenação criminal. Nada mais havendo a tratar foi lavrado a presente ata que foi por mim digitada e assinada, bem como assinada pela Sra. Presidente.

Teresina, 10 de agosto de 2021.

Lídia Inácio de Almeida Borges

Lídia Inácio de Almeida Borges - Presidente

CPF: 061.456.823-45

Antônio da Silva Rocha

Antônio da Silva Rocha - Vice-presidente

CPF: 692.183.233-34

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
RUA LUANDRO NOGUEIRA, 222 - CENTRO - TERESINA - PIAUÍ - CEP: 64002-200 - FONE: (33) 3221-0111
CNPJ nº 06.917.111-01 - ATENDIMENTO: 08h00 às 18h00 - 24h00
TITULAR: ANIELA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE LÍDIA INÁCIO DE ALMEIDA BORGES. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE.
Teresina-PI, 06/05/2025. Selo: AHR57863-V729
www.tjpi.jus.br/portalestra.

AUREO MARCIO DOS SANTOS SILVA - Escrivente Autorizado
Emp. 735. TC 1.47 FIANCO-PEP 0,57 FEAD 0,07 Selo 0,26 Total: 9,63 - 0,48
ATA DE FUNDADAÇÃO

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Lídia Inácio dos Santos Silva
Escrivente Autorizado
Teresina - PI





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2º RTDPJ
Teresina - Piauí



Elma Patrícia Ferreira Borges

Elma Patrícia Ferreira Borges – Secretária geral
CPF: 808.577.103-97

Yara Araújo Silva

Yara Araújo Silva – Tesoureira geral
CPF: 625.684.773-34

CARTÓRIO
THEMISTOCLES
SAMPAIO

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
RUA ELIZANDRO NOGUEIRA, 1233 - CENTRO - TERESINA - PIAUÍ - CEP: 64000-200 - (86) 3221 6011
CNPJ 07.946-5 - ATENDIMENTO@CARTORIOTHSAMPAIO.COM.BR
TITULAR: ANATÁLIA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA

RECONHECO POR AUTENTICIDADE AS FIRMAS DE YARA ARAUJO SILVA
e ANTONIO DA SILVA ROCHA. DOU FÉ. EM TEST. *B* DA
VERDADE. Teresina-PI, 06/05/2025. Selo: AHR57860-1FOQ
AHR57861-DHUZ www.tjpi.jus.br/portalextre.

Bilun
AUREO MARCIO DOS SANTOS SILVA-Escrevente Autorizado
Emel:14,74 TJ:2,94 FMMP:1,18 FMADPEP:0,14 FEAD:0,14 Selo:0,52 Total:19,56 - OP:86
QTA DE FUNDAÇÃO

CARTÓRIO THEMISTOCLES SAMPAIO
3º OFÍCIO DE NOTAS
Aureo Marcio dos Santos Silva
Escrevente Autorizado
Teresina - PI

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
CONSULTE O SELO
DIGITAL

CARTÓRIO
THEMISTOCLES
SAMPAIO

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
RUA ELIZANDRO NOGUEIRA, 1233 - CENTRO - TERESINA - PIAUÍ - CEP: 64000-200 - (86) 3221 6011
CNPJ 07.946-5 - ATENDIMENTO@CARTORIOTHSAMPAIO.COM.BR
TITULAR: ANATÁLIA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA

RECONHECO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE ELMA PATRICIA
FERREIRA BORGES. DOU FÉ. EM TEST. *B* DA VERDADE.
Teresina-PI, 06/05/2025. Selo: AHR57963-7YS3
www.tjpi.jus.br/portalextre.

Bilun
AUREO MARCIO DOS SANTOS SILVA-Escrevente Autorizado
Emel:7,37 TJ:1,47 FMMP:0,59 FMADPEP:0,07 FEAD:0,07 Selo:0,26 Total:9,83 - OP:161
QTA DE FUNDAÇÃO

CARTÓRIO THEMISTOCLES SAMPAIO
3º OFÍCIO DE NOTAS
Aureo Marcio dos Santos Silva
Escrevente Autorizado
Teresina - PI

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
CONSULTE O SELO
DIGITAL



2º Registro De Títulos E Documentos E Registro Civil De Pessoas Jurídicas
CLEANTO LEAL LUZ - REGISTRADOR
CNPJ 37.022.819/0001-14 - CNIS 104317
RUA GOVERNADOR JOCA PIREB, PÁTRIA - Nº 1435, TERESINA - PIAUÍ, TEL. (86) 99437-8008

Averbado sob o nº AV-1.298 no Livro A nº A-6 em 07/05/2025 15:08:53, Protocolado sob o nº 203
no Livro Protocolo nº 3 em 07/05/2025. Selo: AH183703 - W68Y, AH183704 - FDDE, AH183705 -
LL7M, AH183708 - PXA2, AH183707 - 2E7B, AH183708 - 821C CONSULTE EM
www.tjpi.jus.br/portalextre

Janaina Pereira da Silva
Janaina Pereira da Silva - Escrevente
Emel R\$ 278,53 FERMOJUI. R\$ 55,72 FEAD R\$ 2,93 FMADPEP R\$ 22,34 MP R\$ 4,42 Total:
Emitido em: 07/05/2025 15:09:11

Janaina Pereira da Silva
Escrevente
2º RTDPJ
Teresina - Piauí



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 31.004.003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ESTATUTO DA "ASSOCIAÇÃO AXE OJU OKE"

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E FINS

ARTIGO 1º - Na Rua Professora Diná Soares, nº 2832, Bairro Morros, Teresina-PI, CEP: 64.062-150, onde terá sua sede e foro, fica constituída neste Estado, como de direito privado, uma Associação Civil, sem fins lucrativos, denominada "**ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE**", denominada "**AOKE**", que se regerá pelo presente estatuto, com prazo indeterminado de duração e número ilimitado de sócios.

ARTIGO 2º - A **AOKE**, que não fará, distinção quanto a raça, etnia e gênero, credo filosófico ou qualquer outra forma de discriminação no desempenho de suas atividades, disposto no que segue:

§ 1º Resgatar, preservar e divulgar a Religião Afro-Brasileira, Candomblé segundo a visão dos fundadores da **AOKE**, visando a manutenção cultural a moral e a preservação, da essência fundamental da tradição religiosa; § 2º O estudo teórico, experimental e prático do Candomblé da Nação Efon, versando este estudo sobre o Regulamento Geral, e as normas do Candomblé; § 3º. A organização e manutenção das Sessões Comemorativas (Festas e Rituais Públicos), a serem realizadas pelos associados, seguindo um padrão expresso no Regulamento Geral da **AOKE**; § 4º. Prestar assistência de todas as formas para regularização das Casas de Axé Efon; § 5º Primar pela manutenção de um único Axé Efon no Brasil através do CONAE; § 6º. Pugnar em favor dos direitos e interesses de seus associados, e promover a discussão de assuntos voltados ao Candomblé e à Sociedade Civil em geral; § 7º. Cumprir e fazer cumprir os princípios básicos ao Candomblé;

CAPÍTULO II - DA DIRETORIA E ASSEMBLÉIA

ARTIGO 3º - A Diretoria será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário Geral, Tesoureiro Geral.

PARAGRAFO ÚNICO - A Presidente terá um cargo Vitalício de Líder





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
como o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Religioso, a título honorário, e com as devidas competências: A) dar toda a orientação e assistência religiosa, bem como propulsionar as atividades pastorais e missionárias que competem à **ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE "AOKE"**, de acordo com suas finalidades. B) Os demais membros (vice – presidente, secretário geral, secretário suplente, tesoureiro Geral e tesoureiro Suplente) passam a freqüentar as reuniões da Diretoria, e terão vez e voz de falar, bem como, direito de voto; C) convocar reuniões de Diretoria ou do Conselho Fiscal, extraordinariamente, para deliberação exclusiva de questões religiosas.

ARTIGO 4º - A Diretoria compete: A) organizar, discutir, aprovar, executar, acompanhar e avaliar os planejamentos, elaborar e aprovar orçamentos. B) criar departamentos de caráter permanente e grupos transitórios de trabalho. C) Fixar o valor das taxas e contribuições. D) administrar e gerir toda a Associação, quer no seu aspecto de organização, como no econômico e financeiro. E) aprovar as propostas de novos associados. F) cumprir e fazer cumprir os estatutos. G) redigir e aprovar o Regulamento Geral de convivência orgânica da Associação, bem como de suas reuniões, organizando agenda de seus trabalhos.

§ 1º - A Diretoria poderá criar qualquer órgão que julgue ser necessário ao desenvolvimento e finalidades da Associação, cujos membros serão nomeados pela Diretoria e as atribuições constarão do Regulamento Geral.

§ 2º — Nenhum dos cargos da Diretoria e demais órgãos da Organização poderão ser remunerados.

ARTIGO 5º - Os membros da Diretoria terá o mandato de 5 (cinco) anos, podendo ser reeleitos

ARTIGO 6º - A eleição parcial ou total da Diretoria se processara, mediante reunião da Assembleia Geral especialmente convocada pelo Conselho Fiscal.

§ 1º - A eleição dos administradores será feita por aclamação, quando se tratar de chapa única ou por escrutínio secreto quando inscreverem-se 2 (duas) ou mais chapas, apresentadas à diretoria até 10 (dez) dias antes da eleição. A diretoria, sob pena de exclusão por justa causa, encaminhará as chapas à Assembleia Geral que colocará em votação no dia, hora e local marcado na convocação, proclamando eleita e empossada a chapa mais votada

ARTIGO 7º - Ao Senhor Presidente compete: A) a representação ativa e





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

passiva da **ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE**, em juízo ou fora dele. B) Presidir pessoalmente as reuniões da diretoria. C) convocar as reuniões da Diretoria ordinárias e extraordinárias. D) Diligenciar para que, na falta ou impedimento de quaisquer diretores, não haja solução de continuidade em função exercida pelo diretor impedido. E) exigir de cada um dos diretores relatório mensal de suas atividades. F) Dirimir todas as dúvidas que pairam sobre quaisquer assuntos. G) mandar apurar qualquer irregularidade. H) controlar todo o movimento econômico - financeiro, assinando com outro diretor cheques, depósitos, ordens e folhas de pagamentos, assim como quaisquer documentos necessários para abertura de crédito e suas garantias. I) Rubricar e assinar, juntamente com o Secretário Geral, os livros da Secretaria e todas as páginas da Ata das Reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral; J) Rubricar e assinar todos os livros da Tesouraria, juntamente com o Tesoureiro Geral, bem como os cheques e documentos bancários.

ARTIGO 8º - Ao Vice-Presidente compete: substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos. Comparecer pessoalmente às reuniões da Diretoria. Colaborar nos planejamentos, assessorar e assistir ao presidente.

ARTIGO 9º - Ao Secretário Geral compete: A) controlar correspondência expedida e recebida distribuí-la, arquivar contratos e obrigações, assim como ter sob sua guarda o fichário dos associados e todos os documentos da "**ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE**" B) Redigir, assinar e ter sob sua guarda na sede, todos os livros de atas e de presença da Associação. C) examinar propostas de novos associados, proceder a diligências necessárias e encaminhá-las ao Diretor Presidente. D) diligenciar a confecção do Regulamento Geral, que deverá, após ser aprovado em Reunião convocada somente para este fim, ser Registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos. E) comparecer, pessoalmente às reuniões da Diretoria e colaborar nos planejamentos.

ARTIGO 10º - Ao Tesoureiro Geral compete; A) guarda do patrimônio. valores e pertences da **ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE** dos quais fará inventário circunstanciado e minucioso. B) manter controle perfeito das importâncias recebidas. C) fornecer à Diretoria através do Presidente, relatório mensal de tudo que estiver em sua guarda bem como da movimentação de fundos existentes nos estabelecimentos bancários escolhidos à critério da Diretoria,





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
como identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

assinando cheques, ordens de pagamentos, assim como quaisquer documentos necessários para abertura de créditos e suas respectivas garantias, juntamente com o Diretor-Presidente. D) criar e controlar todo o sistema contábil da "AOKE" E) comparecer pessoalmente nas reuniões da Diretoria e colaborar nos planejamentos

ARTIGO 11º - A Assembléia Geral é órgão máximo da **AOKE**, podendo discutir, deliberar e votar sobre qualquer assunto do interesse da Associação. A Assembléia Geral é constituída por todos os membros regularmente registrados na associação, em gozo dos seus direitos de associado.

§ 1º - A Assembléia Geral será convocada, em caráter ordinário ou extraordinário, por publicação nos meios de divulgação disponíveis, sempre com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias. Em primeira convocação, a Assembléia Geral só deliberará com a presença mínima de um terço dos membros e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com qualquer número de membros.

§ 2º - Para deliberar sobre destituição de administradores (§3º, IV) e sobre alterações no Estatuto (§ 3º, V), exige-se o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes a Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos membros, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

§ 3º - Compete a Assembléia Geral: I — Eleger a Diretoria, Conselho Fiscal, Suplentes, a cada 5 (cinco) anos, em Assembléia Geral Ordinária especialmente convocada para esse fim, através de eleição, admitida reeleições, por voto secreto, ou através de aclamação, quando houver apenas uma chapa; II — Conhecer, e discutir relatórios da Diretoria sobre suas atividades, assim como aprovar contas. III — Decidir sobre assuntos em relação ao qual este Estatuto e o Regulamento Geral forem omissos. IV - Destituir os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e Suplentes; V — Alterar o Estatuto e o Regulamento Geral; VI — Decidir sobre a extinção da Associação.

§ 4º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente da Diretoria, de preferência durante o primeiro trimestre de cada ano. Nela serão apresentados relatórios das atividades e a prestação de contas da Tesouraria da Associação, assim como os relatórios do Conselho Fiscal





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º - A Assembléia Geral Extraordinária poderá ser convocada a qualquer tempo pela Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal quando conhecer de qualquer irregularidade na administração da Organização, ou ainda, por 1/5 (um quinto) dos membros. Nela será discutido qualquer tema que não seja reservado à Assembleia Geral Ordinária.

§ 6º - Todos os membros da Organização poderão participar das Assembleias. A Assembléia Geral será aberta pelo Presidente e será eleito um associado para presidi-la.

CAPÍTULO III - DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 12º - O Conselho Fiscal terá até 10 (dez) membros e será composto desde já pelos sócios fundadores, sendo o restante preenchido por indicação dos sócios fundadores e aprovada pelo Conselho Fiscal para isso convocado e terão mandato de 5 (cinco) anos, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 13º - Ao Conselho Fiscal compete: A) eleger os membros da Diretoria dentre os seus membros. B) reunir-se anualmente para aprovar o relatório da Diretoria. C) dar posse aos membros da Diretoria. D) reunir-se extraordinariamente quando convocado. E) resolver os casos não compreendidos nos presentes estatutos. F) interpretar os estatutos. G) eleger e dar posse aos novos membros do Conselho Fiscal, indicados pelos sócios fundadores.

CAPÍTULO IV - DO CORPO ASSOCIATIVO, ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DE MEMBROS

ARTIGO 14º - A ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE, compreenderá em seu Corpo Associativo, pessoas de ambos os sexos, abonados por membros da Diretoria, e tendo como meta o Artigo 2º, do presente Estatuto.

§1º - Os Membros são classificados nas seguintes categorias: Fundador: todos aqueles que participaram da Assembléia de fundação; Colaboradores: os que contribuem mensalmente para a associação; e Honorários: aqueles que fizeram jus a esse título pela diretoria. Só os membros do quadro social têm direito a voto.

§2º - Serão admitidas como membros todas as pessoas que requeiram sua admissão, comprometendo-se a cumprir o Estatuto, seus princípios e





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

finalidades

§3º - Perderão a qualidade membros (demissão) aqueles que:

I — Solicitarem seu desligamento da **AOKE**

II — perderem a qualidade que possibilitou a admissão.

§4º - Será excluído:

I — O membro ou administrador que atentar contra as finalidades da Associação, ou que praticar ato ou omissão que o desabone perante a **AOKE**, a juízo da Diretoria; II — o administrador que não cumprir a contento as funções para as quais foi eleito; ou se ausentar das reuniões administrativas, sem justificativas, por três vezes seguidas ou quatro intercaladas; sempre a juízo de 2/3 (dois terços) dos presentes em Assembléia Geral, especialmente convocadas para esse fim. III — Considera-se administrador qualquer membro da Diretoria, e no caso de sua exclusão, deverá ser convocado eleições, nos termos deste Estatuto.

CAPÍTULO V — DOS DIREITOS E DEVERES DOS MEMBROS - SÃO DIREITOS DOS MEMBROS:

I — Aderir e participar dos planos, programas, eventos e benefícios organizados e promovidos pela **AOKE**. II — tomar parte nas reuniões das Diretorias e Assembléias, nestas com direito a voto, desde que adimplentes com suas contribuições até 30 dias que anteceda a data da Assembléia. III - se elegível, candidatar-se a compor chapa. IV — convocar Assembléia Geral Extraordinária de membros, desde que solicitem ao Presidente, por escrito, através de exposição de motivos, assinada no mínimo por 1/5 (um quinto) ou 20% (vinte por cento) dos membros que estejam adimplentes, nos moldes deste Estatuto. V — apresentar e defender sugestões e propostas que se relacionem com os objetivos da organização religiosa, assim como interpor recursos às Diretorias e das Diretorias à Assembléia Geral

ARTIGO 15º - São deveres dos membros:

I — respeitar e cumprir este Estatuto, bem como quaisquer regulamentos e resoluções já arquivados ou que venham a ser baixados pela Assembléia Geral de Membros e pela Diretoria, cooperando sempre direta ou indiretamente para o seu progresso, respeitando sempre o Regulamento Geral; II — pagar pontual e mensalmente, as contribuições , financeiras





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

devidas à Associação; III — exercer com empenho e dedicação as funções para as quais tenha sido eleito ou nomeado, na forma deste Estatuto; IV - comparecer as convocações dos órgãos da Associação;

CAPITULO VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS

ARTIGO 16º - A receita ordinária será constituída: A) das contribuições mensais. b) de quaisquer doações "inter-vivos" e "causa mortis". c) donativos ou produtos de festas beneficícios. d) subvenções. e) de locações e arrendamentos. f) de outras rendas que por ventura surjam.

§ 1º - A **AOKE** não distribuirá lucros, bonificações, dividendos ou outras vantagens sob nenhuma forma ou pretexto aos seus dirigentes mantenedores ou membros.

§ 2º - A contribuição mínima dos membros será de 5% do salário mínimo vigente do país o valor do salário mínimo estabelecido por Lei Federal

§ 3º - Nenhum bem será alienado sem aprovação do Conselho Fiscal, com prévio parecer da Diretoria, sendo certo que o produto da venda será aplicado na aquisição de outros bens ou na realização estrita dos objetivos da **AOKE**.

ARTIGO 17º - Além dos deveres estipulados no Regulamento Geral, os sócios são obrigados a cumprir todas as determinações de ordem estatutária, principalmente: A) zelar pelo patrimônio da **ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE** B) respeitar e acatar as decisões da Diretoria e do Conselho Fiscal. C) pagar pontualmente, taxas e contribuições. D) participar e colaborar na difusão das diversas atividades religiosas.

CAPÍTULO VII - DAS PENALIDADES

ARTIGO 17º - Compete à Diretoria no caso de não cumprimento das obrigações constantes deste Estatuto, de suas decisões e do Regulamento Geral da Associação: A) admoestação verbal. B) admoestação por escrito. C) suspensão. D) expulsão.

ARTIGO 18º - Aos proponentes ou sócios que não se conformarem com as decisões da Diretoria quanto ao voto de suas propostas ou aplicação das penalidades, cabe recurso ao Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VIII — DA DISSOLUÇÃO DA AOKE E DESTINO DO





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PATRIMÔNIO

ARTIGO 19º - Em caso de dissolução da **ASSOCIAÇÃO AXÉ OJU OKE**, os bens imóveis do seu patrimônio existente ou que venham a ser adquiridos em forma de doação ou quaisquer outras, serão destinados à associação de AXÉ que irá suceder a atual.

§ Único — As demais disposições serão definidas em Regulamento Geral.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 20º - O Conselho Fiscal se reunirá anualmente para o exame do Relatório da Diretoria até o dia 31 (trinta e um) de março de cada ano seguinte ao exercício findo.

§ 1º - Quinquenalmente para eleição da Diretoria e Conselho, atendendo aos Artigos 5º e 14º

§ 2º - Quando convocado pelo Líder Religioso, pelo Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

ARTIGO 21º - São livros obrigatórios da **AOKE**: I — Registro de Membros; II — Livro Diário, incluindo a movimentação financeira da Associação; III — Livro de Atas; IV — Livro de Presença das Assembleias Gerais; V — demais que se fizerem necessários.

§ 1º - Todos os livros deverão ser autenticados pelo responsável pela sua guarda.

§ 2º - Quando possível, podem ser utilizadas fichas, ao invés de livros, desde que autenticadas, nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º - Os livros e documentos objetos deste artigo poderão ser consultados a qualquer hora pelos membros do Conselho Fiscal, Diretoria ou pelos demais membros da Associação

ARTIGO 22º - Os associados ou administradores não respondem nem assumem responsabilidade pelos atos e compromisso assumido pela **ASSOCIAÇÃO AOKE**.

ARTIGO 23º - Este Estatuto será complementado pelas disposições constantes do Regulamento Geral da **AOKE**, que será depositado na sede da Associação e os casos omissos serão resolvidos provisoriamente pela Diretoria e definitivamente pelo Conselho Fiscal.





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Art. 1 – O cargo de **Presidente**, será ocupado pela Yalorisá mais velha da casa, sendo portando a Senhora **LIDIA INÁCIO DE ALMEIDA BORGES**, inscrita no RG nº 3550323 expedido por Secretária de Segurança do Piauí e inscrita no CPF sob o nº 061.456.823-45 residente e domiciliado na rua professora Diná Soares, nº 2832, Morros, CEP 64062-150, Teresina/PI

Art. 2 – O cargo de **Vice Presidente**, será ocupado pelo Senhor **ANTÔNIO DA SILVA ROCHA**, inscrito no RG nº 1.33.793 expedido por Secretária de Segurança do Piauí e inscrito no CPF sob o nº 692.183.233-34, residente e domiciliado na quadra B, casa 36, Bela Vista III, CEP 64031-350, Teresina/PI

Art. 3 – O cargo de **Diretor Financeiro**, será ocupado pela Senhora **YARA ARAUJO SILVA**, inscrito no RG nº 2.574.906 expedido por Secretária de Segurança do Piauí e inscrito no CPF sob o nº 625.684.773-34, residente e domiciliado na quadra 270, casa 3, Dirceu II, CEP 64078-304, Teresina/PI

Art. 4 – O cargo de **Secretária Geral** será ocupado pela Senhora **ELMA PATRÍCIA FERREIRA BORGES**, inscrita no RG nº 1339766 expedido por Secretária de Segurança do Piauí e inscrito no CPF sob o nº 808.577.103-97, residente e domiciliado na Rua Pará, 175, Matinha, CEP 64003-220, Teresina/PI





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



2º RTDPJ
Teresina - Piauí



TERESINA, 10 de agosto de 2021.



Lidia Inácio de Almeida Borges
LIDIA INÁCIO DE ALMEIDA BORGES
CPF: 061.456.823-45

Lorrany Pinheiro Thibes
LORRANY PINHEIRO THIBES
OAB/PI 15.595

5º CARTÓRIO DE NOTAS DE TERESINA
Iliriane Fonseca - Tabelião
Rua Governador Joca Pires Nº 1455
Fone: (86) 3304-2199 - CEP: 64.048-522

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE LIDIA INACIO DE ALMEIDA BORGES NO DOCUMENTO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO AXE OJU OKE. EM TEST. X DA VERDADE. DOU FÉ. Teresina/PI, 06/05/2025 15:11:16.
SELO AHR01498 - QLXO CONSULTE EM www.tjpi.jus.br/portalextra.

Naira Bruna dos Santos Sousa
Naira Bruna dos Santos Sousa - Escrevente
Emol. R\$ 7,37 TJ: R\$ 1,47 FEAD: R\$ 0,07 FMADPEP: R\$ 0,07 MP: R\$ 0,07 Total: R\$ 10,05



2º Registro De Títulos E Documentos E Registro Civil De Pessoas Juridicas
CLEANTO LEAL LUZ - REGISTRADOR
CNPJ 37.022.619/0001-14 - GNS - 184517
RUA GOVERNADOR JOCA PIRES, FÁTIMA - Nº 1455, TERESINA - PIAUÍ, TEL. (86) 99437-8088

RCPJ registrado sob o nº 296 no livro A nº A-6 folha(s) 70 a 74V em 07/05/2025 12:44:06, Protocolado sob o nº 203 no Livro Protocolo nº 3 em 07/05/2025. Selo: AH183701 - 7AXX, AH183702 - TB85 CONSULTE EM www.tjpi.jus.br/portalextra

Janaina Pereira da Silva
Janaina Pereira da Silva - Escrevente
Emol. R\$ 160,99 FERMOJUPI R\$ 32,21 FEAD R\$ 1,64 FMADPEP R\$ 1,64 MP R\$ 12,92 Selo: R\$ 2,60 Total: R\$ 211,30
Emitido em: 07/05/2025 12:44:12

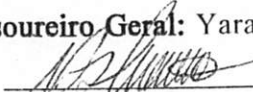
Janaina Pereira da Silva
Escrevente
2º RTDPJ
Teresina - Piauí



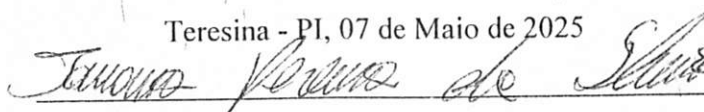


Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIDÃO DO REGISTRO

CERTIFICO que a requerimento da Sra. LÍDIA INÁCIO DE ALMEIDA BORGES, sob o Processo nº 146691, neste serviço registral, **Cartório 2ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**, conforme a Portaria (Presidência) Nº 1475/2024 – PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/JZAXLPRE/GABJAPRES e ao Provimento 183/ 2024 do CNJ, foi averbado nos arquivos digital por imagem no Livro A-06, sob o número de Ordem AV - 1 - 296, datado 07/05/2025, protocolado no Livro A-03, sob o nº 203, a ATA DE FUNDAÇÃO DA "ASSOCIAÇÃO AXE OJU OKE", realizada no dia 10/08/2021, na Rua Professora Dina Soares, nº 2832, bairro Morros, Cidade Teresina, Estado do Piauí, CEP: 64.062-150. Reuniram-se com a finalidade de fundar a Associação Civil **Axe Oju Oke**, enquanto o Estatuto ia sendo lido, artigo por artigo, em discussão e votação ao final, verificou-se que o Estatuto Social foi aprovado por unanimidade entre os presentes. Após a apresentação do estatuto determinou, a seguir, a Sra. Presidente que se procedesse à eleição dos membros da Diretoria. **Para a Diretoria foram eleitos por unanimidade os seguintes associados, com mandato de 10/08/2021 a 06/08/2026: Presidente:** Lídia Indcio de Almeida Borges, CPF: 061.###.###-45; **Vice – Presidente:** Antônio da Silva Rocha, CPF: 692.###.###-34; **Secretário Geral:** Elma Patrícia Ferreira Borges, CPF: 808.###.###-97 e **Tesoureiro Geral:** Yara Araujo Silva, CPF: 625.###.###-34. O referido é verdade e dou fé. Eu,  (Janaina Pereira da Silva), escrevente autorizada a digitei. Emolumentos: R\$ 21,73; FERMOJUPI: R\$ 4,35; Selos: R\$ 0,26; FMADPEP: R\$ 0,22; FEAD: R\$ 0,22; MP: R\$ 1,74; Total: R\$ 28,52. O presente ato só terá validade com o Selo: **AHI83724 - V4HW**. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpi.jus.br/selodigital.

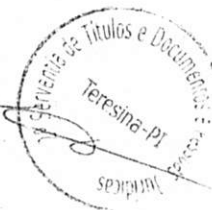
Teresina - PI, 07 de Maio de 2025



Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Janaina Pereira da Silva
Escrevente

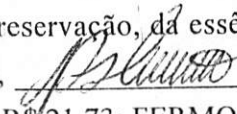
 **2º RTDPJ**
Teresina - Piauí



Rua Governador Jocas Pires, 1455, Bairro de Fátima, Teresina-PI
Fone: 86 99437-6086 // e-mail: 2rtdpj.teresina@gmail.com



CERTIDÃO DO REGISTRO

CERTIFICO que a requerimento da Sra. LÍDIA INÁCIO DE ALMEIDA BORGES, sob o Processo nº 146691, neste serviço registral, **Cartório 2ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS**, conforme a Portaria (Presidência) Nº 1475/2024 – PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/JZAXLPRE/GABJAPRES e ao Provimento 183/ 2024 do CNJ, foi Registrado nos arquivos digital por imagem no **Livro A-06**, sob o número de **Ordem 296**, datado 07/05/2025, protocolado no **Livro A-03**, sob o nº 203, o ESTATUTO DA “ASSOCIAÇÃO AXE OJU OKE”, sediado na **Rua Professora Dina Soares, nº 2832, Bairro Morros, Teresina - PI, CEP: 64.062-150**, onde terá sua sede e foro, fica constituída neste Estado, como de direito privado, uma Associação Civil, sem fins lucrativos, denominada "ASSOCIACAO AXE OJU OKE", denominada “AOKE”, que se regerá pelo presente estatuto, com prazo indeterminado de duração e numero ilimitado de sócios. A AOKE, que não fará, distinção quanto a raça, etnia e gênero, credo filosófico ou qualquer outra forma de discriminação no desempenho de suas atividades, disposto no que segue: resgatar, preservar e divulgar a Religião Afro-Brasileira, Candomblé segundo a visão dos fundadores da AOKE, visando a manutenção cultural a moral e a preservação, da essência fundamental da tradição religiosa; O referido é verdade e dou fé. Eu,  (Janaina Pereira da Silva), escrevente autorizada a digitei. Emolumentos: R\$ 21,73; FERMOJUPI: R\$ 4,35; Selos: R\$ 0,26; FMADPEP: R\$ 0,22; MP: R\$ 1,74; FEAD: R\$ 0,22; Total: R\$ 28,52. O presente ato só terá validade com o Selo: **AHI83723 - MVPV**. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpi.jus.br/selodigital..



Teresina - PI, 07 de Maio de 2025

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Janaina Pereira da Silva
Escrevente**2º RTDPJ**

Teresina - Piauí



Rua Governador Jocas Pires, 1455, Bairro de Fátima, Teresina-PI
Fone: 86 99437-6086 // e-mail: 2rtdpj.teresina@gmail.com



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Prefeitura Municipal de Teresina
Secretaria Municipal de Finanças



CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº 711.173-8

CPF/CNPJ

60.919.422/0001-97

NÚMERO DE REGISTRO

99999999999

DATA DE ABERTURA

07/05/2025

RAZÃO SOCIAL

ASSOCIACAO AXE OJU OKE

RESPONSÁVEL LEGAL

LIDIA INACIO DE ALMEIDA BORGES

CPF/CNPJ

061.456.823-45

LOCALIZAÇÃO

Rua PROFESSORA DINA SOARES 2832
TERESINA
64062-150

CNAE(S) / DESCRIÇÃO / RISCO

Risco Geral da Empresa: ALTO

Obs. O risco geral corresponde a somatória dos riscos das atividades, prevalecendo o maior risco.

9491000 ATIVIDADES DE ORGANIZACOES RELIGIOSAS E FILOSOFICAS

9491000 ATIVIDADES DE ORGANIZACOES RELIGIOSAS E FILOSOFICAS

NOTAS

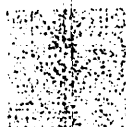
Este cartão é válido somente para a localização e atividade(s) acima descrita(s). O presente deve ser afixado em local visível e acessível à fiscalização.

Emitido em: 21/05/2025



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





2770824540

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Raimundo Mano da Rocha

7 ASSINATURA DO PORTANTE

2770824540

2 NOME E SOBRENOME
ANTONIO DA SILVA ROCHA

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
22/07/1974, PLO IX, PI

4a DATA EMISSÃO **19/02/2024** **4b** VALIDADE **30/03/2034** **ACC** **D**

4c DOC IDENTITÁRIOS / ORG EMISSOR / UF
1333793 SSP PI

4d CPF **692.183.233-34** **5** Nº REGISTRO **03679841566** **9** CAT HAB **AB**

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

PLACAS
RAIMUNDO MANO DA ROCHA
FRANCISCA DA SILVA ROCHA

8	10	11	12
ACC 			
A1 		30/03/2034	
A1 			
B 		30/03/2034	
B1 			
C 			
C1 			

9	10	11	12
D 			
D1 			
DE 			
CE 			
CE 			
DE 			
DE 			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL _____
TERPESINA, PI _____

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

31605514172

PI12856233

PIAUI

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2 a 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nom et V. / Apellidos - 1.º Primeiro Sobrenome / First Driver License / Primeiro Sobrenome de Casado - 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth (DDMMYY) / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4. Data de Emissão / Issuing Date (DDMMYY) / Fecha de Emisión - 5. Data de Validade / Expiration Date (DDMMYY) / V. / Validity - 6. AC - 7. Categoria de Licenciamento / License Category - 8. Categorias de Veículos / Vehicle Categories - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver License Class / Categoria de Permissão de Condução - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - 10. Filiação / Filiação - 12. Phoreses / Obtenciones / Obtenciones - Local / Place / Lugar

I<BRA036798415<665<<<<<<<<<
7407228M3401309BRA<<<<<<<<<D
ANTONIO<<DA<SILVA<ROCHA<<<<<<



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2402080955

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º NOME E SOBRENOME
YARA ARAUJO SILVA

1ª HABILITAÇÃO
27/03/2013

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
15/08/1988, TERESINA, PI

4a DATA EMISSÃO
26/09/2022

4b VALIDADE
17/05/2031

4c DOC IDENTIDADE / ORIG EMISSOR / UF
2574906 SSP PI

4d CPF
625.684.773-34

5 1º REGISTRO
05741147609

6 NACIONALIDADE
BRASILEIRO

7 CAT HAB
B

8 FILIAÇÃO
ANTONIO FRANCISCO SILVA

LINA MARIA ARAUJO CUNHA SILVA



Yara Araújo Silva

7 ASSINATURA DO PORTADOR

	9	10	11	12
ACC 				
A 				
A1 				
B 			12/05/2031	
B1 				
C 				
C1 				

	9	10	11	12
D 				
D1 				
BE 				
CE 				
C1E 				
DE 				
D1E 				

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
TERESINA, PI

ASSINADO DIGITALMENTE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

62829568426

P132131274

PIAUI

2402080955

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

[illegible]

I<BRA057411476<096<<<<<<<<<<
8808154F3105179BRA<<<<<<<<<<6
YARA<<ARAUJO<SILVA<<<<<<<<<<



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. The first part of the document is a list of references. The references are listed in two columns. The first column contains references 1 through 10, and the second column contains references 11 through 20. The references are as follows:

Reference	Author	Title	Year
1	1. J. H. D. ...	...	...
2	2. J. H. D. ...	...	...
3	3. J. H. D. ...	...	...
4	4. J. H. D. ...	...	...
5	5. J. H. D. ...	...	...
6	6. J. H. D. ...	...	...
7	7. J. H. D. ...	...	...
8	8. J. H. D. ...	...	...
9	9. J. H. D. ...	...	...
10	10. J. H. D. ...	...	...
11	11. J. H. D. ...	...	...
12	12. J. H. D. ...	...	...
13	13. J. H. D. ...	...	...
14	14. J. H. D. ...	...	...
15	15. J. H. D. ...	...	...
16	16. J. H. D. ...	...	...
17	17. J. H. D. ...	...	...
18	18. J. H. D. ...	...	...
19	19. J. H. D. ...	...	...
20	20. J. H. D. ...	...	...

2. The second part of the document is a list of references. The references are listed in two columns. The first column contains references 21 through 30, and the second column contains references 31 through 40. The references are as follows:

Reference	Author	Title	Year
21	21. J. H. D. ...	...	...
22	22. J. H. D. ...	...	...
23	23. J. H. D. ...	...	...
24	24. J. H. D. ...	...	...
25	25. J. H. D. ...	...	...
26	26. J. H. D. ...	...	...
27	27. J. H. D. ...	...	...
28	28. J. H. D. ...	...	...
29	29. J. H. D. ...	...	...
30	30. J. H. D. ...	...	...
31	31. J. H. D. ...	...	...
32	32. J. H. D. ...	...	...
33	33. J. H. D. ...	...	...
34	34. J. H. D. ...	...	...
35	35. J. H. D. ...	...	...
36	36. J. H. D. ...	...	...
37	37. J. H. D. ...	...	...
38	38. J. H. D. ...	...	...
39	39. J. H. D. ...	...	...
40	40. J. H. D. ...	...	...

3. The third part of the document is a list of references. The references are listed in two columns. The first column contains references 41 through 50, and the second column contains references 51 through 60. The references are as follows:

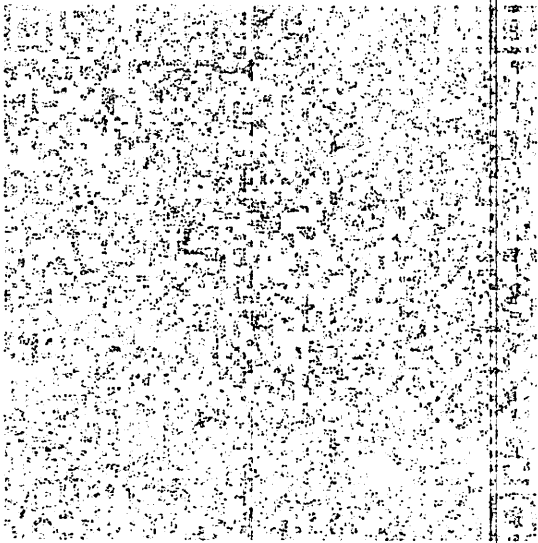
Reference	Author	Title	Year
41	41. J. H. D. ...	...	...
42	42. J. H. D. ...	...	...
43	43. J. H. D. ...	...	...
44	44. J. H. D. ...	...	...
45	45. J. H. D. ...	...	...
46	46. J. H. D. ...	...	...
47	47. J. H. D. ...	...	...
48	48. J. H. D. ...	...	...
49	49. J. H. D. ...	...	...
50	50. J. H. D. ...	...	...
51	51. J. H. D. ...	...	...
52	52. J. H. D. ...	...	...
53	53. J. H. D. ...	...	...
54	54. J. H. D. ...	...	...
55	55. J. H. D. ...	...	...
56	56. J. H. D. ...	...	...
57	57. J. H. D. ...	...	...
58	58. J. H. D. ...	...	...
59	59. J. H. D. ...	...	...
60	60. J. H. D. ...	...	...

4. The fourth part of the document is a list of references. The references are listed in two columns. The first column contains references 61 through 70, and the second column contains references 71 through 80. The references are as follows:

Reference	Author	Title	Year
61	61. J. H. D. ...	...	...
62	62. J. H. D. ...	...	...
63	63. J. H. D. ...	...	...
64	64. J. H. D. ...	...	...
65	65. J. H. D. ...	...	...
66	66. J. H. D. ...	...	...
67	67. J. H. D. ...	...	...
68	68. J. H. D. ...	...	...
69	69. J. H. D. ...	...	...
70	70. J. H. D. ...	...	...
71	71. J. H. D. ...	...	...
72	72. J. H. D. ...	...	...
73	73. J. H. D. ...	...	...
74	74. J. H. D. ...	...	...
75	75. J. H. D. ...	...	...
76	76. J. H. D. ...	...	...
77	77. J. H. D. ...	...	...
78	78. J. H. D. ...	...	...
79	79. J. H. D. ...	...	...
80	80. J. H. D. ...	...	...

5. The fifth part of the document is a list of references. The references are listed in two columns. The first column contains references 81 through 90, and the second column contains references 91 through 100. The references are as follows:

Reference	Author	Title	Year
81	81. J. H. D. ...	...	...
82	82. J. H		



1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

2. Once the problem is identified, the next step is to define the objectives and goals of the project. This helps to clarify what needs to be achieved and provides a clear direction for the team.

3. The third step is to develop a plan or strategy to address the problem. This involves breaking down the problem into smaller, manageable tasks and determining the resources needed to complete each task.

4. The fourth step is to implement the plan. This involves putting the strategy into action and monitoring progress regularly to ensure that the project is on track.

5. The final step is to evaluate the results of the project. This involves assessing the outcomes against the objectives and goals and identifying any areas for improvement or further action.

It is important to note that the above results are based on the assumption that the data are stationary. If the data are non-stationary, the results may be biased. Therefore, it is important to test for stationarity before using the above methods.

22-2474-252



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



Elma Patrícia Ferreira Borges

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

1.339.766

DATA DE
EXPEDIÇÃO

29/08/18

NOME

ELMA PATRÍCIA FERREIRA BORGES

FILIAÇÃO

MARIA DO SOCORRO FERREIRA DE SOUSA SILVA
ANTONIO BORGES DA SILVA

NATURALIDADE

TERESINA-PI

DATA DE NASCIMENTO

23/02/1974

DOC. ORIGEM

CERT.NASC. 4324 L 4A F 120V

EXP TERESINA-PI 23/11/91

CPE 808.577.103-97

Francisco das Chagas Pinheiro Martins

LEI N° 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO N° 89.250/83



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE
E TEM FÉ PÚBLICA (ART. 15 INCISO VII - LEI 5.105)
DE 12/07/73 E LEI 6.206 DE 07/05/75)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Conselho Federal de Enfermagem
Inscrição - COREN PI 000.739.013
ENFERMEIRA

Nome Civil
LÍDIA INÁCIO DE ALMEIDA
BORGES
Naturalidade / UF / Nacionalidade
RIO DE JANEIRO
BRASILEIRA

Assinatura
Lídia Inácio de Almeida Borges

Função
LÍDIA INÁCIO DE ALMEIDA
LAURISTEVÃO FERREIRA
BORGES
CPF
061.456.823-45
DATA DE EMISSÃO
03/08/2022
DATA DE NASCIMENTO
15/10/1994
DATA DE VALIDADE
03/08/2027
REGISTRO
3550323
Órgão Expedidor
SSP PI

Assinatura Profissional
Lídia Inácio de Almeida Borges

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

PROIBIDO PLASTIFICAR

X 31350752



Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
 com o identificador 310032003600360038003A005000, Documento assinado digitalmente conforme
 MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

